

Reitores criticam proposta que revê o regime jurídico das universidades e cria o novo modelo de autonomia.

A proposta de revisão do Regime Jurídico do Ensino Superior (RJIES) enviada pelo Governo às universidades e politécnicos não vem reforçar a autonomia destas instituições, ao contrário das expectativas dos reitores. Isto apesar de o próprio Nuno Crato ter vindo a garantir que as alterações à lei em vigor seriam "cirúrgicas" e que a autonomia das universidades sairia "reforçada".

Mas a proposta da tutela, a que o Diário Económico teve acesso, não vai nesse sentido. Os reitores mostram-se "desiludidos" e "frustrados" e não poupam críticas ao documento que vem extinguir o regime fundação das universidades e que criar o novo modelo de autonomia reforçada (ver texto ao lado). Esta é também a primeira revisão à lei criada por Mariano Gago em 2007 e que chega aos reitores com nove meses de atraso face ao anunciado no Parlamento por Nuno Crato.

Há três pontos que não constam da proposta e que eram vistos pelos reitores como essenciais para que fosse garantida a autonomia financeira e administrativa das universidades. Regras que, aliás, chegaram a estar inscritas numa primeira versão da proposta e que acabaram por ser travadas pelas Finanças durante as negociações com o Ministério da Educação, apurou o Diário Económico.